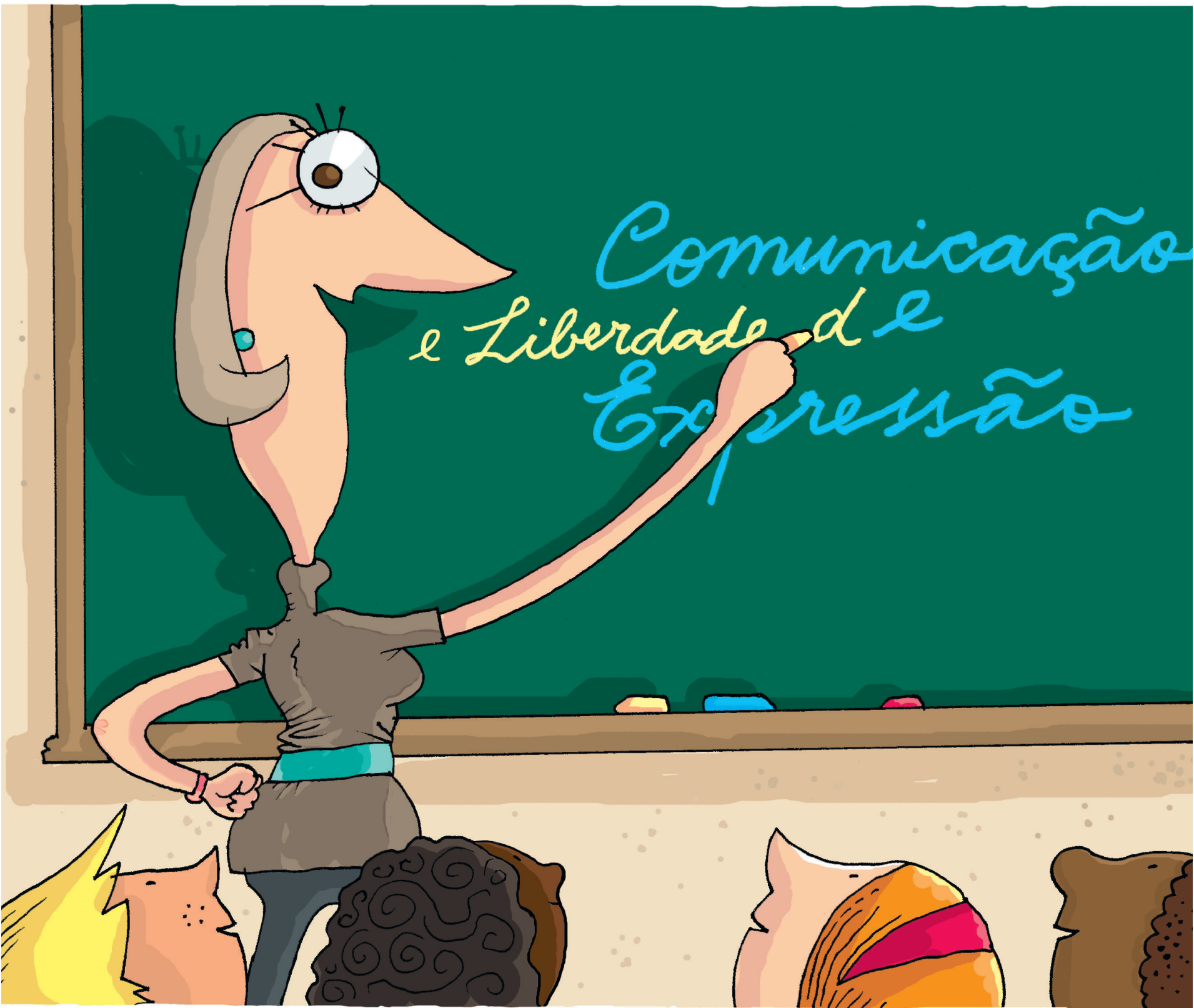


Edição 216 |
Novembro de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



ESCOLA SEM PARTIDO: NÃO TEREMOS MEDO

Páginas 3 e 4

EDITORIAL

NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM

No mês em que produzimos o último jornal de 2018 é inevitável lembrar meados do ano anterior quando em campanha eleitoral passávamos pelas escolas entregando nosso material, discutindo propostas.

Dizíamos que muitas atitudes são possíveis quando nos deparamos com grandes obstáculos. Desistir, ignorar ou superá-los. Falávamos naquele momento das dificuldades que encontraríamos caso eleitos. Havíamos perdido muito nos últimos anos e quem devia nos liderar na defesa de nossas conquistas não o fez.

Nos propomos a resgatar um sindicato forte e respeitado, capaz de unir, liderar e mobilizar. Um sindicato combativo e propositivo capaz de buscar soluções, inserido em todos os espaços para com serenidade e ousadia lutar pela defesa dos nossos direitos. Queríamos um sindicato que representasse a

soma de todas as vontades, sonhos e saberes da nossa categoria, reunida num Mosaico de gente, que aprendendo a descobrir e reconhecer as belezas e possibilidades do mundo e da sua gentileza, se assumissem como seres de esperança como bem diz o professor Celso Henz, grande estudioso das ideias de Paulo Freire que nos ensina que ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo, por isso aprendemos sempre em comunhão uns com os outros.

Nossa principal bandeira, resgatar conquistas, depende da força dos educadores. Um sindi-

cato não é um prédio e seus coordenadores. Ele é feito de gente e o SINPROSM é feito pelos professores Municipais de Santa Maria que ocupando seu lugar junto ao sindicato é capaz construir-se como categoria de professoras e professores dispostos a enfrentar e resistir aos obstáculos postos e aos que emergem diante do atual momento político.

Nesse sentido, durante 2018 a categoria esteve presente na campanha pelo reajuste do Piso

Salarial Profissional Nacional seja nas assembleias, no uso da Tribuna livre ou nas manifestações públicas nas ruas. Embora a lei ainda não esteja sendo cumprida na sua integralidade, a administração aponta incertezas jurídicas enquanto o sindicato alega que o pagamento do piso é decisão política, avançamos na questão da hora-atividade. Um grupo de trabalho do qual o sindicato faz parte estuda estratégias de permitir tal direi-

to à todos os professores da rede.

Agora, da força dos educadores também emergirá a resistência para enfrentar o debate a respeito da chamada Escola Sem Partido, cuja concepção transforma a escola num ambiente arbitrário, acusatório e contraproducente ao aprendizado em nome do respeito à integridade intelectual e moral do educando. O que está em jogo são a autonomia e a autoridade do professor.

Devemos ser resistência. Mais do que nunca, ninguém solta a mão de ninguém.

“Agora, da força dos educadores também emergirá a resistência para enfrentar o debate a respeito da chamada Escola Sem Partido, cuja concepção transforma a escola num ambiente arbitrário, acusatório e contraproducente”

CHARGE DO ELIAS



ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER
ADVOGADOS
ASSOCIADOS



DIREITO DE OPINIÃO DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA

Recentemente toda sociedade foi surpreendida por campanha patrocinada pela deputada estadual eleita, Ana Caroline Campagnolo (PSL/SC), induzindo alunos ao uso de celulares, em sala de aula, para gravações de toda e qualquer manifestação político-partidária ou ideológica contrária ao novo governo eleito no Brasil.

Tal postura, além de violar legislação catarinense vigente (Lei nº 14363/2008), a qual proíbe o uso de celulares em sala de aula, agride o texto constitucional em princípios como o da liberdade de expressão, atividade intelectual, científica e de comunicação.

O caso foi levado, de forma imediata ao Judiciário, sendo que houve liminar que determinou que a dita campanha fosse retirada das redes sociais e o número telefônico da deputada, oferecido como canal de denúncia, fosse bloqueado. Além disso, a mesma passou a responder processo criminal.

Contudo, esse não deverá ser um caso isolado no atual quadro social, e todos profissionais da educação devem ficar atentos para várias outras tentativas de cerceamento do direito de opinião que virão.

Fundamental lembrar que no Rio Grande do Sul, desde janeiro de 2008, a Lei Estadual nº 12.884 também proíbe que aparelhos celulares sejam mantidos ligados enquanto aulas estiverem sendo ministradas.

Está pauta à educação segundo os princípios constitucionais da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e principalmente o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (vide art. 206, incisos II e III da CF/88).

Além disso, o profissional da Educação possui a garantia constitucional de autonomia didática para expressar suas opiniões no exercício de seu trabalho.

Por isso, é fundamental que qualquer ameaça ao livre exercício profissional deve ser levada ao conhecimento da Direção Escolar, bem como para o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (SINPROSM), para fins de encaminhamento das providências administrativas e judiciais cabíveis.

Não permita que tentem calar sua voz!

POLÍTICA

ESCOLA É LUGAR DE FORMAÇÃO CIDADÃ

Artigo da coordenadora de finanças Juliana Moreira resume posicionamento da entidade em relação ao projeto em discussão



Logo após a conclusão da eleição presidencial, circulou nas redes sociais uma nota divulgada por uma deputada federal eleita pelo Estado de Santa Catarina, instigando alunos a filmarem as aulas de seus professores que fizessem “manifestações político-partidárias ou ideológicas, que humilhassem ou ofendessem sua liberdade de crença ou consciência”. Tais ideias estão bastante alinhadas com um dos principais pontos do programa de governo do presidente eleito, que também já fez declarações de mesmo teor em vídeos e entrevistas.

A discussão tem relação com o Movimento Escola Sem Partido, que inspirou um Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional já há algum tempo e que visa combater o que seus idealizadores consideram como “doutrinação ideológica nas escolas”.

O projeto propõe alterações na LDB, incluindo um inciso onde estaria definido que os valores de ordem familiar tenham prevalência sobre a educação escolar no que se refere à temáticas de cunho moral, sexual e religioso, proibindo, por exemplo, qualquer discussão relacionada a “gênero” ou “orientação sexual”. O projeto prevê ainda modificações nos currículos escolares e a fixação de cartazes nas salas de aula, onde estariam descritos os “deveres dos docentes”, a fim de que possam ser “fiscalizados” em sua atuação pelos estudantes, seus familiares ou mesmo outros colegas.

A proposta vem sendo duramente criticada não só por professores e especialistas, mas também por juristas, parlamentares, ativistas de movimentos sociais, que consideram o projeto um grave retrocesso, na medida em que ele ataca o percurso de construção democrática no campo educacional que se constituiu a partir da Consti-

tuição Federal de 1988.

No nosso entendimento, a proposta do “Escola Sem Partido”, coloca em xeque a própria função da escola na sociedade, reduzindo seu papel a um lugar somente de transmissão de conhecimento. A escola é, sobretudo, um lugar de formação cidadã, um espaço que precisa ser essencialmente democrático e plural, porque acolhe a diversidade de sujeitos que compõe a teia social - e que por isso precisa construir uma cultura de valorização, de respeito, de aceitação à diversidade de pensamentos, o que só é possível através do diálogo e do debate livre de ideias e concepções, mesmo que elas sejam, em muitos momentos, conflitantes.

Conviver e respeitar diferentes opiniões, posicionamentos, é uma aprendizagem muito importante, pois é assim que o estudante desenvolve autonomia de pensamento e o senso crítico diante da realidade em que ele vive. E é sim papel dos professores estimular e mediar esse debate, o que pressupõe liberdade e plena autonomia para desenvolver essa função.

A sociedade precisa de escolas que ultrapassem a concepção exclusivamente academicista, e que tenham liberdade para promover um diálogo constante em todos os atores envolvidos com o processo educativo, no sentido de compreender que as subjetividades de cada grupo ou cada sujeito contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual para todos.

O texto da Constituição Federal assegura a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”; garante o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância - princípios que são reafirmados na LDB, e que garantem aos professores o direito à

liberdade de Cátedra, ou seja, garante a sua liberdade de atuação em sala de aula e qualquer lei que viole esses direitos, em uma sociedade que se considere democrática, se torna institucional.

Além destes pontos que são inerentes à atuação profissional docente, tanto a nota quanto o vídeo que foram divulgados, ferem ainda outras prerrogativas legais relacionadas ao uso da imagem e a de propriedade intelectual do professor, ou seja, um aluno não pode filmar a aula e divulgar o conteúdo dessa filmagem sem autorização, o que é passível, inclusive, de processo por parte do professor que se sentir ameaçado ou prejudicado por esse tipo de atitude.

Embora a justiça já tenha se manifestado contra as declarações da Deputada e determinado o fechamento do canal de denúncias, é muito importante ter clareza de que os professores não estão desamparados pela lei em relação à situações que por ventura possam acontecer em função desse episódio e, caso se sintam constrangidos, censurados ou mesmo ameaçados de qualquer forma no exercício de sua função, podem procurar o órgão de representação sindical para buscar orientações e tomar as medidas cabíveis.

O mais lamentável em toda essa situação é que o discurso presente nas declarações encoraja um tipo de comportamento que não traz benefício algum: intimida os professores, que acabam se sentindo cerceados e vulneráveis no exercício de sua função, além de quebrar o vínculo de confiança que precisa existir entre professores, alunos e famílias, e que é essencial para um processo educativo de qualidade. Neste cenário, perdem os professores, perdem os estudantes, mas principalmente, perdemos todos nós, como sociedade.

ARTIGO

A “ESCOLA SEM PARTIDO” NÃO É A NOSSA

Esta escrita pretende abordar o Projeto de Lei 193/2016, conhecido como “Escola sem partido”. Falamos do lugar onde ocupamos hoje: professoras de escola pública municipal, ensino básico, dentro da nossa área de atuação Educação Infantil e Ensino Fundamental. Falamos de dentro da escola, da sala de aula, de gestão democrática, de quem vive a educação todos os dias.

A primeira impressão que nos vem à mente ao terminar de ler é pensar que quem escreveu tal programa só pode ser alguém que não conhece/vive a sala de aula, alguém totalmente alheio a realidade escolar pública, e não só escolar, como alheio a realidade social do nosso país, alguém que vive em uma bolha privilegiada, uma exceção à regra ou algo do tipo.

“Em uma sala de aula, a palavra é do professor, e os estudantes estão condenados ao silêncio.”

Quando isso? Onde? Vocês olham televisão, tem acesso a internet e jornal e acompanham as notícias, sabem que a realidade não é assim. Nossa profissão vem sendo massacrada, os alunos faltam com respeito, agredem verbalmente e fisicamente.

Em todo período em que estamos inseridas na escola pública podemos afirmar o seguinte:

NUNCA VIMOS NENHUM PROFESSOR DEFENDER PARTIDO POLÍTICO EM SALA DE AULA. Nem partido A ou B. Partido nenhum.

Muitos professores estão trabalhando com seus salários atrasados e submetendo-se a salários que não condizem com sua formação para estar na sala de aula e lutar pelas crianças, pela educação, pelo futuro. Nós somos heróis, não vilões!

Fixar cartazes com nossos deveres na sala de aula? Tal prática além de ser um desrespeito manterá o Brasil no último lugar do ranking de prestígio ao professor. Precisamos de políticas que façam cumprir nossos direitos tão esquecidos.

No Art. 5º do projeto: “O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.”

Na escola ensinamos o respeito a todos, a importância do combate ao bullying, a necessidade de respeitar o que não é seu, de não mexer no material do colega, de preservar a escola, patrimônios públicos, do sentimento de pertencimento e luta por direitos da sua comunidade.

Em contrapartida, há famílias que moralmente ensinam o contrário. Há famílias que ensinam a rir do gordinho, a apelidar o baixinho, o negro e aquele que usa óculos. Há famílias que levam seus adolescentes para aprender a fazer negócios ilegais.

Embora tentemos, nossas concepções ideológicas e morais, pouco podem influenciar um alu-



no em quatro horas diárias na escola, mas outras vinte horas passa com a família, os influencia. Por que “vigiar” o professor? Se alguma ideologia afeta de forma negativa uma criança, não é na escola.

De acordo com este projeto, teremos de ficar quietas e aceitar? Você entende nosso desespero? Está muito além de partidos políticos.

A escola sem partido vai muito além de uma escola sem partidos políticos, vai em desencontro da educação e toda a construção do conhecimento e desenvolvimento de uma criança.

Não é contra o professor, é contra o direito fundamental da criança. Lembremos do artigo principal da educação na Constituição Federal de 1988, artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Artigo este, de Direito Social, parte integrante da Norma Fundamental, direito adquirido que não pode ser revogado.

Educação é dever em regime de colaboração, Estado e família, nenhum se sobrepõe ao outro. O “pleno desenvolvimento” que trata, com a Escola sem Partido, sem estimular o aluno a refletir, ser crítico, não é pleno.

O nosso dever é ensinar, mas não podemos fechar os olhos para aquela criança que chega desmaiando de fome e não alimentá-la primeiro. Não podemos nos omitir de ser luz e esperança para aquela criança que viu o pai sendo preso e já não vê perspectiva de vida. Entre tantas ou-

tras situações, que moralmente somos obrigadas a intervir, pois falta sim, a contrapartida desse regime de colaboração que é educar.

Quer colocar a família pra vigiar o professor? A coloque em efetiva colaboração na educação de uma criança! Participar das reuniões, conhecer o rendimento do seu filho, acompanhar pelo menos na porta da escola, saber o nome do professor, revisar seu caderno, sua mochila, providenciar um lápis, dar atenção, carinho. Caso contrário, sim, nós estaremos, além de disseminar o saber e novos conhecimentos curriculares, doutrinando os alunos para a vida, para transformar sua realidade que hoje é precária, para refletir sobre nossa sociedade, se posicionar criticamente sobre política, religião e sobre o que mais eles nos trouxeram em déficit de casa.

Finalizando, esclarecemos que obviamente somos contra a intervenção político partidária na escola, entretanto esse projeto vem com esta “capa” mas em sua íntegra vai muito além: fere nossos direitos, nossos princípios e todo entendimento e construção pedagógica feita até hoje.

Impossível só entrar na sala de aula mecanicamente, “transferir” conhecimentos e sair. Somos humanos, construímos relações, interagimos.

Não somos (nem seremos) robôs doutrinadores do mau. Somos seres humanos lutando para a construção de um mundo melhor.

*Analéia Maraschin da Costa
Lucieli da Conceição Leal
Professoras da Rede Municipal*

Memória Sinprosm

PAULO MERTEN, O ATIVISTA

Professor das redes estadual e municipal, com forte atuação sindical em ambas, busca posicionar as lutas do Sinprosm (e da classe trabalhadora de forma geral) mais à esquerda do que chama de “cutismo”. Em entrevista ao Primeira Classe, “Paulão” aborda sua formação e a linha ideológica que orienta a atuação política



Nasci em Pelotas, mesmo não tendo raízes por lá Isso se explica por meu pai ser militar. Minha família é de Santa Cruz do Sul, cidade onde estão minhas memórias de infância. Acabamos vindo a Santa Maria também por essa lógica das transferências, quando tinha 10 anos. Estudei no Olavo Bilac para fazer o primário, depois o ginásio no Cilon Rosa e o ensino médio no Maria Rocha. Concluí por volta de 1980 e peguei traços da Ditadura Militar. Fui tomando conhecimento a partir do momento que entrei na faculdade, no início dos anos 80, quando comecei também a tomar consciência política. Demorei 10 anos para me formar, entrei na matemática, depois saí e tive atividade no comércio, e retornei para a filosofia. Não especificamente com a ideia de me formar professor, mas para atender demandas de ordem intelectual e me entender em um mundo de efervescência como foram os anos 80. Muito professores na filosofia me deram um olhar mais crítico, com textos de Marx, Lukács, da Escola de Frankfurt, Gramsci. Isso explica um pouco a minha formação política.

ATIVISMO NA REDE

Entre em 1990 no município, na escola rural de Santa Flora. Em 1996 fui para o CAIC e lá permaneço até hoje. Suplentei em algumas escolas, como o Oscar Grau, Duque de Caxias, Bandeira Medina e tive experiências muito positivas em todas elas. Em 1994 entrei no magistério estadual. Sempre fui ativista, na ideia de que não basta uma formação teórica sem que se materialize numa prática na transformação social. Me defino de esquerda, que não é uma atividade individual, mas tem compromisso com o coletivo. Os professores estaduais estavam desde muito tempo filiados às centrais sindicais mais amplas, com pautas que não dizem respeito somente à classe. Tanto que no CPERGS nos nomeamos como trabalhadores da educação. O Sinprosm veio mais tarde a se filiar em uma central sindical e incorporando a visão de que o sindicato precisa ter bandeiras mais amplas, que cedo ou tarde acabam impactando aqui.

OUTRA LINHA

No Estado, o sindicato se organiza internamente com diferentes visões, que são as correntes. No município praticamente não temos, isso é

muito difuso. Talvez a partir de 2005 ou 2006, começa a discussão sobre a amplitude da nossa atuação. Participei de diversas direções, tantas que nem conseguiria nomear e nem sempre no trabalho diário interno, acredito que estive em praticamente todas as assembleias e atos. Sempre tive uma posição mais crítica em relação à CUT, às posições burocráticas e ao aparelhamento ligado ao governo federal petista. Fui me colocando mais em oposição à isso no CPERGS, que acabou mais tarde se filiando à CSP-Conlutas. Em um certo momento eu representei essa diferença também dentro do Sinprosm. Esse debate acabou dando identidade à minha luta sindical, quando montei uma chapa que esteve na gestão 2014-2017 no Sinprosm e ocupei a função de coordenador de comunicação e formação. Procurávamos trazer para o Sinprosm uma certa independência às políticas cutistas.

À ESQUERDA

O Sinprosm mostrou um grupo hegemônico aqui dentro, mais ligado a essa visão do governo de Frente Popular. Segui me orientando politicamente mais à esquerda, de crítica aos governos petistas, principalmente no que diz respeito às conciliações de classe e das acomodações ao regime eleitoral. Sempre tive atuação sindical, acredito que a transformação social se dá através da organização das classes; através dos representantes políticos e partidos também, mas fundamentalmente nos movimentos sociais. Por este horizon-

te incorporamos um envolvimento em pautas mais amplas, como o movimento de abril de 2017 contra os ataques à previdência e outras agendas liberais, em que algumas centrais não mobilizaram a classe trabalhadora para o enfrentamento na rua e levaram de novo para a disputa eleitoral, sem tencionar. São esses caminhos diferentes que estão em disputa atualmente. Como vamos nos integrar com outros movimentos sociais em uma grande frente de defesa dos interesses da classe trabalhadora contra as ameaças à democracia? Estamos em frente a um abismo.

CAMINHOS

Eu não pessimista. Essa direita canalha, que só enxerga seu próprio umbigo e é subordinada ao capital financeiro, ela não tem alternativas ao país. Os setores de soberania popular estão se organizando de novo. Estamos em um momento muito inflado e este projeto que está aí representado pelo Bolsonaro e o Paulo Guedes, em condições de disputa eleitoral normal, não venceria. Eles tencionaram no sentido de causar o medo, em cima de fake news, do controle de redes sociais. Isso se reflete no movimento sindical, com um pessimismo. A deseducação da classe trabalhadora no governo da Frente Popular, as narrativas também trouxeram um impacto muito grande. Por mais que a direita ataque hoje toda a esquerda, ela não vai destruir as suas institucionalidades, os seus partidos, a luta de classe. Eu sou otimista neste sentido.



Paulo Merten na Câmara de Vereadores em um ato pelo pagamento do piso salarial em 2016

EVENTOS

COR, VIDA E ALEGRIA NO CHÁ DAS APOSENTADAS

Comemorações do Dia do Professor em 2018 encerradas em grande estilo no último dia 14 com a presença de 238 associadas

Aposentadas, sim; inativas, nunca. Este foi o mote da mensagem da coordenação do Sinprosm, lida pela coordenadora dos aposentados, Vera do Monte, aos colegas presentes ao Chá das Aposentadas no dia 14 de novembro, no salão Bianco Nero. O sentimento de reencontro e confraternização permeou a festa, um dos eventos mais tradicionais da entidade.

Com os coquetéis e as coreografias da equipe Fuel Entretenimento, sonorização Sul Áudio e serviço de chá da casa, o que não faltou foi animação para os 238 professores aposentados. As apresentações da turma de dança da professora Lívia Thomas, disponíveis para as associadas na sede do sindicato, e a performance vocal da professora Sílvia Camargo foram destaque no evento.

Confira alguns registros!



Professora Lívia Thomas e a turma de dança trouxeram cor e descontração



Vera do Monte, coordenadora das aposentadas, leu a mensagem da coordenação do Sinprosm



Professora Sílvia Camargo soltou novamente a voz



Movimento permanente na coquetelaria da Fuel



Delicadeza na decoração da Bianco Nero

Coordenação Mosaico presente ao Chá das Aposentadas



Chá tornou-se a oportunidade de confraternização com os colegas de diferentes escolas ao longo da carreira



As profs curtindo os coquetéis preparados pela Fuel

Carmen, Maria Júlia e Lila em conversa animada



Clery Quinones de Lima e João Bréier, os professores "benditos frutos" no Chá



O reencontro da turma da EMEF Dom Antônio Reis



Diferentes gerações de professoras estiveram presentes



SINPROSM COPROMOVE FESTIVAL SANTA MARIA VÍDEO E CINEMA



Após cinco anos, o festival Santa Maria Vídeo e Cinema está de volta. A Praça Saldanha Marinho, seu espaço original, receberá de 21 a 25 de novembro os 37 curtas-metragens das mostras competitivas local e nacional. Realizado pela Associação SMVC, com organização da Filmes de Junho Produtora e Ideia-Ação Design e Planejamento, o SMVC tem como copromotores a Prefeitura de Santa Maria, UFSM e Sinprosm.

O Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria entende que valorizar a produção cultural é parte da sua função enquanto representação de uma classe que busca qualidade da educação, geração de cidadania e debate livre de ideias.

O tema central deste 12º SMVC (“atuar e mudar as coisas”) vem em um momento oportuno, considera a coordenadora de Organização e Patrimônio do Sinprosm, Martha Najar. “Quando Paulo Freire diz que a educação não transforma o mundo, mas muda as pessoas e essas mudam o mundo, diz que o pensamento crítico despertado pela educação faz com que as pessoas se movam e não se submetam. Não é à toa que suas ideias estão sendo atacadas. O tema está diretamente ligado a esse conceito”.

A programação terá também atenção especial a alunos da rede municipal. Durante as tardes, uma mostra de curtas-metragens com temática infantil acontece na Praça Saldanha Marinho, promovendo a participação de escolas de diversas regiões.

CRÔNICA EM REDE



DA PEDAGOGIA DO MEDO AO DIREITO À PALAVRA

A profissão docente no contexto educacional brasileiro enfrenta delicado e sombrio momento ao considerarmos a liberdade de escolha das práticas pedagógicas de professores nos diversos níveis e modalidades educacionais existentes.

Por meio da incitação a atos que objetivam constranger e cercear a liberdade de cátedra dos professores, aqueles que não respeitam determinadas categorias-chave próprias da docência – como o diálogo, a liberdade de expressão, a socialização de experiências e a construção coletiva de conhecimentos – ignoram os fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientam as práticas pedagógicas docentes.

Com o objetivo de instaurar a pedagogia do medo nas salas de aula brasileiras, os argumentos falaciosos e mentirosos utilizados para tentar legitimar o maquiavélico projeto conhecido como “Lei da Mordança” desrespeitam o direito à liberdade, à manifestação do pensamento e à expressão da atividade intelectual consagrados no art. 5º da Constituição Federal. Tentativa de cunho ideológico-doutrinário nefasta e diabólica que caracteriza a total falta de respeito e consideração à profissão docente, que poderia ser interpretada como uma verdadeira afronta ao art. 5º da

Carta Magna.

Por mais que se ouça dizer que a profissão docente não é valorizada como deveria ser, podemos perceber que os constantes ataques aos professores revelam justamente a certeza do poder [trans]formador das práticas pedagógicas docentes, as quais devem ser orientadas por princípios educacionais que se sobrepõem a questões ideológicas e político-partidárias.

Saibamos resistir à mentira e à opressão e não deixemos a pedagogia do medo, com sua metodologia baseada no cerceamento e na ameaça, calar os professores para que possamos, todos, usufruir do inviolável direito à palavra.

Lucas Visentini

Prof. da EMEF Miguel Beltrame

Doutorando em Educação (PPGE/UFSM)

Envie seu texto com até 1.800 caracteres (com espaços) e participe do Crônica em Rede

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES



CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa
Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana
Peruzzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares